

PÚBLICO
finanças

DOMINGUES DE AZEVEDO

"O Estado não está preparado para lidar com o sistema que criou"

O Bastonário da Ordem dos Contabilistas Certificados e ex-deputado do Partido Socialista elogia o Orçamento do Estado para 2016, mas faz críticas ao modelo de controlo de faturas.

texto Vítor Alvito

Qual é a sua opinião sobre o funcionamento do portal e-fatura?

Um mecanismo que trate os assuntos da cidadania é sempre bom. E, por isso, apoio este mecanismo, mas não no modelo impositivo que tem. O lado positivo é que uma pessoa vai a um sítio e tem interesse em ter fatura, porque vai poder deduzir essa despesa. Ao criar este interesse, o contribuinte está a obrigar o vendedor a entrar no circuito da legalidade. Ou seja, o interesse de um gera a apetência para que o outro cumpra as suas obrigações, mesmo que não tenha vontade em fazê-lo. Por isso, o mecanismo está bem concebido, especialmente em países, como o nosso, onde ainda se vive a cultura do incumprimento. Em Portugal, se o contribuinte tem de pagar dez milhões,

mas só pagar um milhão, até dizemos que foi 'fino'. E, por isso, em sociedades mais latinas, este mecanismo torna-se importante para criar uma maior noção de cidadania.

Qual é o lado 'impositivo' desse modelo?

O erro é da conceção em si. Porque o modelo é criado como um controlador do Estado sobre a vida dos cidadãos. E aí é que reside o erro, ou seja, quando o Governo diz que o direito à dedução do IRS fica condicionado ao envio para o e-fatura. E isso é ainda mais grave quando o próprio Estado não está preparado, nem cumpre, com o envio das faturas dos seus serviços para o e-fatura. O Estado alega que não está obrigado a fazê-lo e que emite recibos, mas se está preparado para

emitir recibos, também está para as faturas. Neste momento, o Estado tem de dar o exemplo. O problema é que se tem desenvolvido uma ideia de que tudo o que é público pode ser de qualquer maneira e que não é necessário haver rigor. Isto é errado. O que é público tem de ser melhor e tem de ser um exemplo para o privado.

A questão coloca-se também nas exigências ao contribuinte...

Há um problema de precipitação neste novo IRS. O legislador condicionou uma coisa sagrada, que é o direito à dedução de determinadas despesas, ao cumprimento de obrigações que o contribuinte não consegue controlar.

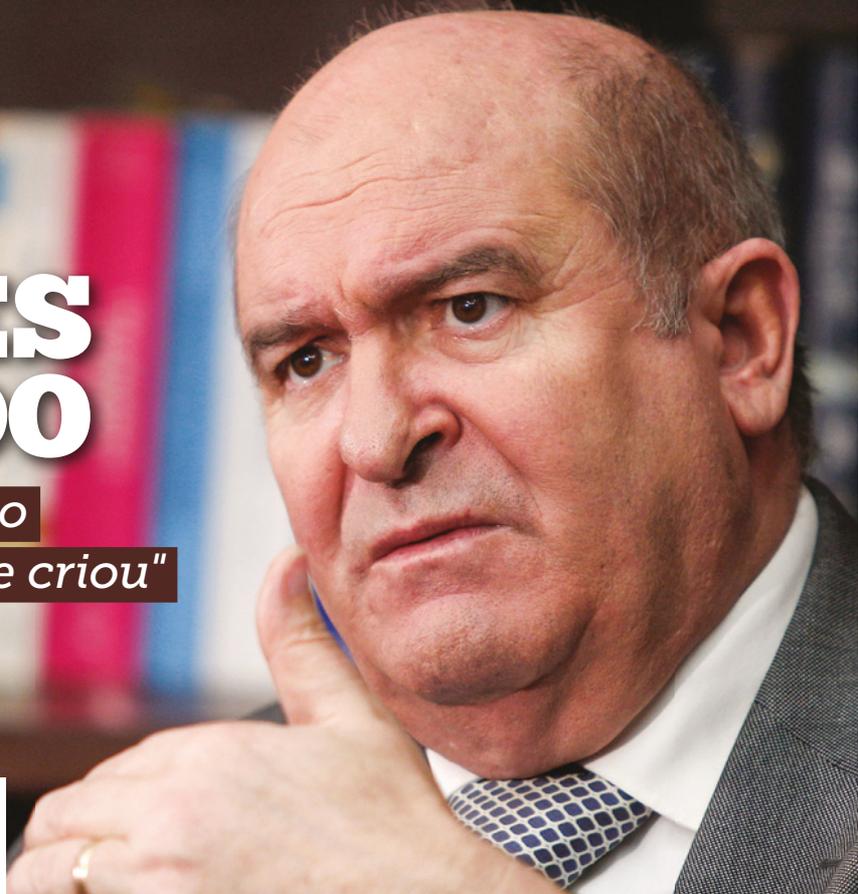
Também existem algumas queixas quanto à aquisição de produtos em estabelecimentos sem atividade específica...

Sim. Se, por exemplo,

formos para o concelho de Vinhais, em Trás-os-Montes, quem tem um filho em idade escolar e precisar de comprar um livro vai a um estabelecimento que vende tudo, porque vender livros uma vez por ano não mantém uma loja aberta. Portanto, condicionar o direito à dedução a que a pessoa que me vende um livro tenha um Código de Atividade Económica relacionado com a venda de livros é a mesma coisa que desconhecer a realidade do país. Por isso, o processo é bom, na teoria, mas é precipitado e o próprio Estado não está preparado para lidar com o sistema que criou. Ou seja, exigiu que todos se preparassem, mas não se preocupou com a sua própria funcionalidade.

Como analisa a proposta de Orçamento deste Governo?

Olho com alguma preocupação. Não por parte do Governo, porque





"Quem é que vai pagar os 2,5 mil milhões de euros que o Banif retirou da economia portuguesa?"

"O Governo anterior tinha uma opção clara, que era sacrificar quem trabalhava"

"Hoje o que vemos é que o trabalho é uma fonte de rendimento penalizada"



acho que fez o que prometeu aos cidadãos, que foi alterar a tendência política. A minha preocupação é com a orientação europeia nas questões financeiras. Os reequilíbrios económicos parecem ser uma coisa de fundo de toda a política europeia, mas não há uma preocupação de crescimento. Vemos algum temor excessivo, quando os países fazem um esforço para aliviar a carga fiscal, mas não vemos uma preocupação das autoridades europeias relativamente ao que se passou com o Banif. Quem é que vai pagar os 2,5 mil milhões de euros que o Banif retirou da economia portuguesa? É menos relevante o que vamos pagar pelo Banif do que os 1,1 mil milhões de euros que o Governo se propõe devolver às famílias em salários e prestações sociais? Acho que deveria haver uma capacidade de tentar encontrar soluções, onde

o risco seja ponderado e não passe por mais medidas de austeridade, que já vimos que dificilmente conduzem a uma maior justiça, antes pelo contrário.

Mas, apesar de o Governo ter prometido reduzir a austeridade, aumentou alguns impostos...

Eu nunca critiquei, nem critico, políticas seguidas no que respeita ao necessário reequilíbrio económico. O que critiquei, e critico, são as incidências dessas opções. O Governo anterior tinha uma opção clara, que era sacrificar quem trabalhava. Isso é fácil, difícil de fazer é, por exemplo, controlar as grandes riquezas, ir às empresas e ver se elas pagam o que devem. E eu tenho de equacionar: porque é que um cidadão que vive do seu trabalho tem de pagar, no limite, 48% do seu rendimento e uma pessoa que já nasceu

rica e tem o dinheiro no banco, há de pagar apenas 28%? Acho que devem existir políticas que redistribuam da forma mais equitativa possível as necessidades de financiamento da sociedade.

Acredita que o Orçamento para este ano reproduz essa política?

Eu acho que sim. E até mesmo as opções para o reequilíbrio necessário quanto a alguma despesa que se possa gerar, por um lado, afetam todos de igual maneira, sem discriminações, e por outro podem ser direcionadas para quem, nos últimos anos, não tem sido tão sacrificado pelo aumento da fiscalidade. Deve haver um reequilíbrio nos sacrifícios, para que não haja fontes de rendimento altamente beneficiadas e outras bastante penalizadas. E hoje o que vemos é que o trabalho é uma fonte de rendimento penalizada.



Confira a entrevista



Olhando em concreto para a redução do IVA na restauração, há um verdadeiro alívio para os consumidores e empresas?

Somos um país com grande potencial no turismo e o IVA tem um impacto negativo no custo do turismo, porque as pessoas, normalmente, viajam com o dinheiro contado. É por isso que a reposição do IVA na restauração, mesmo que não seja na íntegra, é uma mais-valia. Apesar de concordar que não é um sector prioritário, não deixa de ter impacto direto no bolso dos portugueses, porque há muitas pessoas que têm de almoçar fora e o custo das refeições poderá baixar.

E há margem para as empresas poderem voltar a contratar?

Quem está ligado ao sector diz-me que há uma grande possibilidade de criação de postos de trabalho, mas é impossível quantificar. É claro que a medida terá um efeito dinamizador, haverá um aumento da procura e, naturalmente, das vendas e isso vai movimentar outros sectores ligados à restauração. #

**IRS 2015
PRAZOS DE ENTREGA**

Trabalhadores dependentes

1 a 30 de abril

Trabalhadores independentes

1 a 31 de maio

www.portaldasfinancas.gov.pt